



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **CRISE CAPITALISTA, RADICALIZAÇÃO NEOLIBERAL E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS: NOTAS PARA REFLEXÃO**

**JULIA BARCELOS BITTENCOURT<sup>1</sup>**

**DANIEL SILVEIRA LOPES<sup>2</sup>**

**MOSSICLEIA MENDES DA SILVA<sup>3</sup>**

### **Resumo:**

Esta reflexão se propõe a debater sobre os impactos da radicalização neoliberal e da pandemia sobre a crise no sistema de proteção social brasileiro. Além disso, problematizar qual é o perfil da população mais atingido pelas múltiplas facetas da crise estrutural do capital - ambiental, social, econômica e política.

**Palavras-chave:** pandemia; proteção social; neoliberalismo.

### **Abstract:**

This reflection aims to debate the impacts of neoliberal radicalization and the pandemic on the crisis in the Brazilian social protection system. Furthermore, problematize which population profile is most affected by the multiple facets of the structural crisis of capital - environmental, social, economic and political.

**Keywords:** pandemic; social protection; neoliberalism.

## **1 Introdução**

Este trabalho se propõe a refletir sobre o impacto da radicalização neoliberal sobre as políticas sociais e o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais no contexto da

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

pandemia. Isto porque, a crise sanitária deflagrada em 2020 escancarou o acirramento das contradições capitalistas e seus efeitos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Tais manifestações parciais da crise estrutural do capital, que perdura desde a década de 1970, revela, não só a incapacidade de recuperação plena do capital, tornando menor o intervalo de tempo entre as crises cíclicas, mas também aponta para o aprofundamento da pobreza e desmantelamento da proteção social.

Afinal, para drenar a riqueza socialmente produzida é preciso intensificar a exploração dos trabalhadores sem que seja, minimamente, redistribuída essa riqueza em forma de políticas sociais. Desta forma, os elementos intrínsecos a este sistema, como a contradição entre capital e trabalho, as crises cíclicas e o *modus operandi* do Estado no trato aos tensionamentos entre as classes tendem a se intensificar. Sobretudo porque nessa dinâmica capitalista não se sustenta o chamado Estado Social ou outras formas de ampliação dos direitos para os trabalhadores. Esta reflexão busca problematizar também o acirramento das desigualdades de gênero e raça nesse contexto de radicalização neoliberal, austeridades fiscal permanente e desmonte das políticas e direitos sociais e trabalhistas.

Assim, a análise do cenário contemporâneo requer a compreensão de que a garantia da autovalorização do capital em detrimento das condições de manutenção e reprodução da força de trabalho perpetuam um sentido destrutivo intrínseco a esse sistema, promovendo crises cíclicas e estruturais. Desta forma, por um lado, a pobreza de segmentos da classe trabalhadora, gerada pela lei geral da acumulação capitalista é inevitável nesta sociabilidade. Por outro lado, cabe à classe dominante garantir condições mínimas para a produção e manutenção deste sistema que o beneficia e “esta indispensável proteção social é dada pelo Estado” (SERAFIM, p 236, 2013), e nos moldes neoliberais, assume cada vez mais uma forma focalista e seletiva, em detrimento de padrões protetivos universalistas.

Nesse sentido, a presente reflexão parte das contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e Teoria da Reprodução Social (TRS) para compreender como o histórico de desmontes das políticas sociais resultou na ampla desproteção social da população no contexto pandêmico, incidindo prioritariamente sobre o acirramento das desigualdades de gênero, raça e classe nos países de capitalismo dependente. Uma vez que a dinâmica capitalista contemporânea aponta para o aprofundamento da pobreza e concentração de renda, na mesma medida provoca a destituição da oferta de políticas sociais. Observou-se essa dinâmica mesmo no contexto de crise sanitária, ou seja, num momento em que seria necessário justamente a ampliação da proteção



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social para os segmentos da classe trabalhadora, colocando em situação de maior desproteção as mulheres e a população negra.

## 1. Radicalização neoliberal e o não-lugar de acesso às políticas e direitos sociais

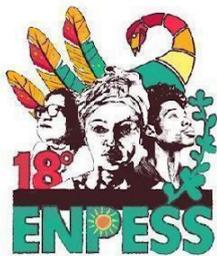
Esta análise parte da premissa de que a crise estrutural do capital assola as políticas protetivas de forma global. Entretanto, em países de capitalismo dependente, o padrão protetivo vigente se constitui em meio à radicalização neoliberal e às medidas permanentes de austeridade fiscal. Tais ações têm como intuito a retomada da acumulação capitalista e superação da sua crise estrutural, ainda que suas consequências sejam a extinção dos direitos da classe trabalhadora e o aprofundamento da exploração da força de trabalho, via rebaixamento do seu valor.

Ao partir dos referenciais teóricos traçados pela Teoria da Reprodução Social (TRS), a compreensão que aqui assumimos entende que a reprodução social nas sociedades capitalistas diz respeito ao conjunto de processos capazes de regenerar e manter as trabalhadoras e trabalhadores ativos, além de garantir a reprodução imediata e mediata daquelas/es que não estão aptas a vender sua força de trabalho. É a reprodução social que garante a reposição geracional (BHATTACHARYA, 2023).

Ainda que para o capitalismo seja fundamental a reprodução da força de trabalho, suas contradições imanentes levam a que sejam cada vez mais precarizadas as condições de reprodução social, dado que 1) a deterioração e desmonte das políticas e serviços sociais provoca crise no campo do “cuidado” ou trabalho coletivo de reprodução social; 2) a piora na condição de vida e/ou a desigualdade estrutural, sobretudo de mulheres negras, fomenta o aumento da mercantilização do trabalho do cuidado, que se dá de modo precarizado e mal remunerado.

Segundo Almeida (2018, p. 124), mesmo o “Estado Social keynesiano, ou Welfare State”, instituído após os advenços da grande crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, como uma espécie de “arranjo social estabilizador”, fracassou ao não conseguir tornar as sociedades imunes à continuidade dos problemas sociais estruturais e estruturantes do capitalismo. Em outras palavras, “a desigualdade é um dado permanente do capitalismo, que pode ser, a depender de circunstâncias históricas e arranjos políticos específicos, no máximo, maior ou menor” (ALMEIDA, 2018, p. 125).

De acordo com Fraser (2023, p. 51), se no contexto do regime fordista e do chamado Estado de Bem Estar Social se “internalizou a reprodução social por meio da provisão estatal e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

corporativa de bem-estar social”, no escopo do regime de acumulação financeira houve a transferência da manufatura para regiões de mão de obra com salários mais baixos e recrutamento de mulheres para a força de trabalho remunerado<sup>4</sup>. Em suma, promoveu o desinvestimento estatal e corporativo do bem-estar social (IDEM). A autora indica, ainda, que:

Ao externalizar o trabalho de assistência às famílias e comunidades, diminuiu simultaneamente sua capacidade de realização. O resultado, em meio à crescente desigualdade, é uma organização dualizada de reprodução social, mercantilizada para quem pode pagar e privada para quem não pode – tudo encoberto pelo ideal ainda mais moderno da ‘família de dois assalariados’ (FRASER, 2023, p. 52).

Portanto, a conformação das políticas sociais e os mecanismos acionados pelo Estado para atuar sobre as necessidades de reprodução da classe trabalhadora implicam um dado padrão histórico específico de reprodução social. Dado o papel preponderante das políticas sociais e de toda ação do Estado na reprodução social, as transformações operadas no escopo de seu sistema protetivo/interventivo determinam, em larga medida, as próprias condições em que a reprodução da vida material se dá.

Cabe ressaltar ainda que, no Brasil, dentre as particularidades do capitalismo na América Latina, a relação imbricada entre racismo e dependência opera de modo que a divisão social do trabalho passa a ser definida também a partir de elementos raciais e, necessariamente, racistas (SOUZA, 2020). Isto porque,

A estrutura da produção capitalista nas nações politicamente independentes na América Latina nasce, vinculada aos interesses do capitalismo monopolista, num momento em que este redesenha sua própria dinâmica de valorização do valor e coloca para o Estado burguês, como um todo, novas funções. O Estado no capitalismo dependente, porém, cumprirá estas funções radicalizando a histórica desigualdade social, herança das colonizações e fundamento da própria dependência. Portanto, diferente dos centros capitalistas desenvolvidos, onde este período correspondeu à uma crescente ampliação da legislação social - mesmo inserida nas contradições acima elencadas, no capitalismo dependente as funções do Estado, no que diz respeito à proteção social da classe trabalhadora, reflete as contradições próprias do capitalismo dependente (SOUZA, 2016, p.51).

Ademais, ressaltamos que a divisão de grupos no interior das classes e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, têm o racismo como veículo importantíssimo (ALMEIDA, 2018, p.145)<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> É preciso enfatizar que do ponto de vista da divisão sexual e racial do trabalho, as mulheres negras sempre tiveram que se submeter a formas de trabalho externas ao seu próprio “lar”, seja no trabalho escravo ou no âmbito do assalariamento.

<sup>5</sup> Ainda conforme este autor, as sociedades contemporâneas não podem ser compreendidas “sem os conceitos de raça e de racismo. [...], pois “a filosofia, a ciência política, a teoria do direito e a teoria econômica mantêm, ainda que de modo velado, um diálogo com o conceito de raça. E “o significado de raça e de racismo, bem como suas terríveis consequências, exigem dos pesquisadores e pesquisadoras um sólido conhecimento de teoria social” (ALMEIDA, 2018, p. 15). Para um maior aprofundamento sobre desenvolvimento histórico dos conceitos de raça e racismo, sua relação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desde a abolição da escravatura, em 1888, a população negra enfrenta a contradição de ter sua cidadania dentro dos limites do plano jurídico-formal e a sua inserção real em um sistema de marginalização social (MOURA, 2014). Isto é, apesar da igualdade jurídica, os obstáculos para materialização de direitos sociais, econômicos e políticos perpetuam a lógica colonialista anterior. Diante dessa dinâmica de desenvolvimento capitalista subordinado e dependente, fruto da exploração colonial e imperialista produzida pelos países centrais do sistema capitalista, (MOURA, 2014), a população negra brasileira se viu

obrigada a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultura, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. [...] os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (MOURA, 2014, p. 219).

Cabe ressaltar ainda que

a história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo. A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra (ALMEIDA, 2018, p. 123).

Nesse sentido, refletir sobre a limitada abrangência do padrão protetivo sob a égide neoliberal, requer um olhar atento sobre os rebatimentos mais graves da desproteção social nos segmentos mais pauperizados, enegrecidos e femininos da população brasileira. Conforme Silva e Mauriel (2023), seguindo a estratégia de barateamento intensivo da força de trabalho que vem seguindo desde o golpe de 2016, várias investidas se deram no sentido de expropriar parte ainda maior do trabalho necessário, garantindo assim as condições de violação do valor da força de trabalho. Nesse rol de ações, citam o contrato de trabalho “verde e amarelo” (MP 905/2019)<sup>6</sup>, que sob o argumento de estimular o emprego do segmento mais jovem da população ativa, constitui forma de trabalho precária, “que intensifica a jornada de trabalho; flexibiliza mecanismos de

---

com o colonialismo e o imperialismo e os efeitos dessa imbricação na formação do racismo enquanto fenômeno estrutural das sociedades modernas, ver: GONZALEZ, Lélia. **A Categoria Político-cultural da Amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, no. 92/93, 1988, pp. 17-37. ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural ?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018, pp. 15-16; 18-22; 123-124.

<sup>6</sup> Hoje esta MP encontra-se sem eficácia, pois teve sua vigência encerrado por meio de revogação no dia 18 de agosto de 2020, conforme pode ser observado em: BRASIL. **Medida provisória nº 955, de 20 de abril de 2020**. Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/////Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv955.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv955.htm). Acesso em: 19 ago. 2024.

fiscalização, registro e punição às infrações; fragiliza ações de saúde e segurança no trabalho” (CASSIN, 2022, p. 26), configurando um prolongamento da contrarreforma trabalhista de Temer.

Já em 2018, o Brasil colhia os resultados da ascensão da nova extrema-direita que se observava em vários países do mundo, em que o presidente eleito no Brasil neste ano era comparado ao presidente dos Estados Unidos da América Donald Trump, recebendo o apelido de Trump dos Trópicos. Bolsonaro elegeu-se “através de uma campanha baseada na propagação de notícias falsas e de retórica nacionalista, sexista, racista e fundamentalista cristã, prometendo colocar o ‘Brasil acima de tudo e Deus acima de todos’” (FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 319, grifo dos autores).

Deste modo, refletir sobre “os impactos da ascensão da extrema direita sobre a população afrodiaspórica brasileira implica considerar as formas particulares de produção e reprodução social, à luz das especificidades que circundam o capitalismo dependente” (FONSECA e ALENCAR, 2021, p.321). Ao passo que se imputam restrições no campo da regulamentação e gestão da força de trabalho na sua inserção imediata no circuito produtivo, o capitalismo requer também interferir nas condições da reprodução social.

Há, nas sociedades capitalistas, uma tendência de crise entre as esferas da produção de mais-valia e de produção da vida, o que Fraser (2017) chama de “contradição reprodutiva-social”. Enquanto, de um lado, a reprodução social é “a condição da possibilidade de acumulação sustentada de capital”; por outro lado, “a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar o próprio processo de reprodução social no qual ela se apoia”, restringindo, progressivamente o acesso dos trabalhadores aos meios necessários à sua subsistência (FONSECA e ALENCAR, 2019, p. 5).

Com a crise sanitária, desvelou-se o poço sem fundo para o qual estamos caminhando, no Brasil, com um Estado que expropria direitos sob a égide do interesse privado do capital, uma legislação trabalhista golpeada no seu núcleo e programas sociais que, por não serem universais, criam segmentos não cobertos por nenhuma proteção: são dispensáveis para o mercado ainda formalizado e não comportados no escopo de uma configuração de Estado de neoliberalização radicalizada. Demarcando, assim, uma crise no cerne da própria reprodução social geral.

Diante do cenário geral de desproteção social, com o desmonte dos aparatos das políticas sociais e os empecilhos para o acesso ao trabalho formal, a emergência de uma crise sanitária global encontrou no Brasil terreno propício para a propagação do vírus, sobretudo entre a parcela mais enegrecida e pauperizada da população (INSTITUTO POLIS, 2020).

E a conduta do Governo Federal brasileiro sobre as políticas sociais nesse período, particularmente no setor da saúde e da assistência social, fizeram com que essa crise se tornasse

devastadora numa proporção que poderia ser evitada na ocasião de um governo mais responsável, ético, técnico, científico, qualificado e humanizado. As declarações, ações e medidas adotadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia expressaram a direção de um projeto negacionista e propenso à chamada imunização de rebanho, que resultou em milhares de mortes possivelmente evitáveis.

## **2. Pandemia e o aprofundamento das desigualdades estruturais**

Para melhor caracterizar a Pandemia, é preciso compreendê-la enquanto fenômeno histórico que escancarou as consequências das políticas neoliberais adotadas nas últimas décadas. Afinal, temos no Brasil uma conjuntura marcada pelo ajuste fiscal permanente, baseado no ideário neoliberal - desde a redemocratização do país - em novo projeto de reestruturação do capitalismo, cujas intervenções dificultaram a formalização e concretização de direitos e garantias sociais da constituição de 1988 (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020).

O desemprego estrutural e o desmonte das políticas sociais se intensificaram após o golpe político de 2016 que colocou Michel Temer no Governo Federal, situação acentuada a partir de 2018 pelo neofascismo do governo Bolsonaro, com consequências mais severas sobre a população negra, particularmente sobre as mulheres negras no que tange ao desemprego (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020).

Nesse sentido, a crise sanitária encontrou terreno fértil para sua propagação, uma vez que as contrarreformas neoliberais fragilizaram ainda mais o acesso às políticas e direitos sociais e trabalhistas, de modo que uma parcela significativa da população garantia sua sobrevivência através de trabalhos informais ou precarizados e, com a necessidade de isolamento social para conter a contaminação pelo SARS-COV-19, se viu diante do dilema entre morrer de fome ou de covid.

A partir de um breve levantamento e análise de dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) no ano de 2022, os dados discutidos têm como universo os 173.286 entrevistados pela pesquisa. Assim, os dados sobre formalização do trabalho apontam que há uma incidência maior de pessoas brancas inseridas no mercado formal de trabalho, representando um total de 66,2%, enquanto a taxa de formalização do trabalho entre as pessoas negras chega a 53,3%. Para além das assimetrias raciais, as desigualdades de gênero também se sobressaem no âmbito do trabalho formal, uma vez que homens brancos apresentam



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

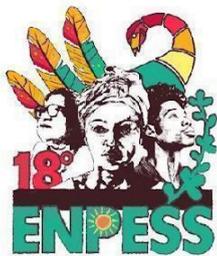
um percentual de 66,7%, as mulheres negras atingem apenas 53,2%. Tais indicadores corroboram com as assertivas análises de que raça e gênero não são sistemas separados de opressão, ao contrário, são co-constitutivos (VOGEL, 2023).

Já no que diz respeito à taxa de desocupação no ano de 2023, pesquisas do DIEESE (2023) revelam que entre os não negros o percentual foi de 6,3% no segundo semestre de 2023, enquanto entre os negros a taxa de desocupação chegou a 9,5%. Ao compreender a relação direta entre o acesso à renda/trabalho e a proteção social, a referida pesquisa aponta que quase metade (46%) da população negra brasileira estava em trabalhos desprotegidos; entre os não negros, essa proporção era de 34%. No que tange às mulheres negras, a taxa de desocupação estava em 11,7%, correspondendo ao mesmo percentual registrado para os não negros no 2º trimestre de 2021, em um dos piores momentos da crise econômica aprofundada pela pandemia da covid-19. Entre os homens não negros, essa taxa foi de 11,2%. Isto é, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é mais difícil, ainda que em contexto de melhora da atividade econômica. (IDEM).

O Estudo revela ainda, que, uma em cada seis (15,8%) mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica, uma das ocupações mais precarizadas no que diz respeito aos direitos trabalhistas e reconhecimento. As trabalhadoras domésticas negras sem carteira recebiam, em média, R\$904 por mês – valor R\$416 abaixo do salário mínimo em vigência (R\$1.320).

De acordo com Pires, Cardoso e Oliveira (2021), antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos. No que tange a taxa de extrema pobreza, antes da crise, era de 9,2% entre mulheres negras, 8,9% entre homens negros, 3,5% entre mulheres brancas e 3,4% entre homens brancos. Se por um lado, partimos da compreensão de que o sistema capitalista produz pobreza na mesma proporção que produz - e apropria privadamente - riquezas, por outro, é evidente que a distribuição dessa pobreza recai majoritariamente sobre determinados segmentos da população.

Deste modo, situar as políticas sociais no âmbito da reprodução social da força de trabalho contemporâneo perpassa também pela problematização do pano de fundo social, econômico e político, isto é, a radicação neoliberal teve como base “a adoção de uma política nacional abertamente reacionária, antidemocrática e militarizada” (FONSECA, ALENCAR, 2021, p. 319). Verifica-se que desde 2016 o cenário político brasileiro esteve marcado pela ascensão da extrema direita nacional - com apoio da extrema direita internacional. Ainda segundo Fonseca e Alencar,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Tal política tem reforçado a condição periférica brasileira e, conseqüentemente, os padrões coloniais internos de superexploração da força de trabalho e de diferenciação social que marcam, especificamente, a nossa história social (2021, p. 319).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal acirra a superexploração da força de trabalho, o pagamento da dívida pública continua sendo um dos principais mecanismos de transferência de valor para o capitalismo financeiro. Podemos dizer que, enquanto um fenômeno social amplo, como uma estrutura social,

o racismo “normaliza”<sup>7</sup> a superexploração do trabalho<sup>8</sup>, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista (Almeida, 2018, p. 105, grifo nosso).

E reforçamos ainda que “através das políticas sociais e criminais racial-generificadas do Estado, imbricadas enquanto totalidade e atuando como forma de mediação secundária do capital” (FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 321), incide majoritariamente sobre uma determinada parcela da população o peso da crise do capital.

## Considerações finais

Diante do exposto, procuramos demonstrar que a radicalização neoliberal em curso desde 2016 promove a restrição do papel protetivo das políticas sociais e o desmantelamento de suas estruturas, de modo que, em meio à crise sanitária, grande parte da classe trabalhadora brasileira se encontrava diante do aumento da pobreza e do desemprego, mas que a crise sanitária colocou evidência o abismo das desigualdades de gênero e raça que estão entrelaçados com o desenvolvimento capitalista dependente<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Conforme Almeida, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, de tal forma que as sociedades modernas “não podem ser compreendidas sem os conceitos de raça e de racismo”. E “as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (Almeida, 2018, p. 15).

<sup>8</sup> Para uma maior inserção e aprofundamento sobre o conceito de superexploração do trabalho, ver: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

<sup>9</sup> Para um maior aprofundamento sobre a história inicial desse desenvolvimento, ver: TROTSKY, Leon. O Marxismo em Nosso Tempo. O Pensamento Vivo de Marx. As Metrôpoles e as Colônias. **Arquivo Marxista na Internet**, [S.l.], abr. 2016. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/marxismo/cap01.htm#tr1>. Acesso em: 14 ago.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

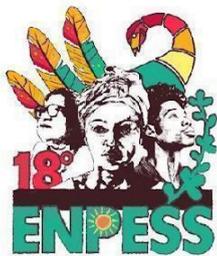
Vivemos uma fase da história capitalista em que a captura dos orçamentos públicos dos países periféricos pelo capital financeiro adota um discurso ideológico que falseia as decisões políticas, especialmente na área das finanças públicas e da macroeconomia, como se fossem meras decisões de caráter técnico, feitas por ditos especialistas, portanto, estranhas ou inacessíveis à participação popular na sua elaboração e definição (ALMEIDA, 2018). O notável

esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela ‘valorização do valor’ resulta em terríveis tragédias sociais, haja visto que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado – há que se lembrar que na lógica liberal o ‘mercado’ é a sociedade civil. Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado – um exemplo disso é o corte nos direitos sociais. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos se tornam cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2018, p. 127, grifos do autor).

Podemos apontar que, quando elementos conjunturais se acirram, a condição estrutural dependente e subordinada também se agrava e reflete diretamente na constituição do padrão protetivo (FONSECA e ALENCAR, 2021), com repercussões mais graves para a população negra e feminina. O Governo Bolsonaro foi uma importante expressão deste fenômeno, visto que sua gestão foi marcada pelo desmantelamento de direitos e seus aparatos institucionais, ataques aos movimentos sociais, legislação trabalhista, democracia, determinados grupos sociais, bem como pelo ataque à ciência e o negacionismo frente à crise sanitária.

Lançar luz sobre os efeitos da pandemia sobre a condição de vida da classe trabalhadora é compreendê-la enquanto processo que recrudescer a lógica burguesa dependente (FONSECA e ALENCAR, 2021) e agrava “a condição de subalternidade imposta às frações afrodiáspórica, originária e feminina da classe trabalhadora brasileira sob a administração de Jair Bolsonaro” (p. 318).

Enfatizamos, também, que a falácia apologética do capital, segundo a qual a “crise econômica” teria sido deflagrada pela pandemia, não se sustenta, uma vez que o mundo capitalista já se arrastava em mais uma manifestação parcial da crise estrutural do capital. E, no Brasil, ganhou contornos mais graves, aprofundando-se durante o governo de Michel Temer, pós-golpe de 2016, e particularmente no governo Bolsonaro, com a conjugação de um forte viés neofascista. Nesse contexto, um conjunto de medidas duras de austeridade fiscal e adoção de uma política macroeconômica orientada para recuperação da acumulação capitalista na periferia



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

do capital, ampliou ainda mais o desemprego, deixando a população brasileira ainda mais dependente da precária política de assistência social vigente.

Isto porque, no cerne das medidas de contingenciamento da crise – apesar do tensionamento constante da posição negacionista do governo federal e da defesa da suposta “imunidade de rebanho” – medidas de paralisação de atividades e isolamento social pressupunham a definição de manutenção de serviços essenciais. Nesse rol, estavam incluídos, serviços de saúde, e assistência social e atendimento à pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme o Decreto presidencial 10.282/2020.

A crise sanitária desvelou no Brasil as mais profundas mazelas resultantes da ofensiva burguesa no enfrentamento à sua crise orgânica, com um Estado que expropria direitos, uma legislação trabalhista golpeada no seu núcleo, e programas sociais que, por não serem universais, cria segmentos não cobertos por nenhuma proteção.

Os processos de desmantelamento das estruturas e normas de proteção social vigentes no país nessa terceira rodada neoliberalizante aprofundou o fosso protetivo da política social brasileira, implicando no acirramento da questão social e no aprofundamento de desigualdades históricas. As principais políticas sociais acessadas pela fração mais empobrecida da classe trabalhadora – saúde e assistência social – foram objeto de devassa institucional e desfinanciamento, que impactou suas possibilidades de garantir proteção social durante a crise pandêmica. Desse modo, quanto mais o Estado minimiza, precariza, privatiza, desmonta serviços, instituições, suprime benefícios, retira direitos que são fundamentais para compor o rol de condições materiais concretas que as famílias acessam coletiva ou individualmente de modo a satisfazer necessidades não contempladas pelo salário e/ou rendimentos do trabalho, aprofundam-se a precarização das condições de reprodução social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: Acesso em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm). Acesso em: 19 ago. 2024.

CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

2016. **Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 17-33, 2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As dificuldades da população negra no mercado de trabalho. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, São Paulo, nov. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

FONSECA, R. S. R. ALENCAR, T. R. Para uma análise inicial dos impactos do ultraliberalismo brasileiros sobre a reprodução social. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, jun. 2021. Disponível em: <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/717>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FRASER, N. Crise do cuidado: Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: **Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. Tithi Bhattacharya (ORG). Tradução Juliana Pena. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

INSTITUTO PÓLIS. Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia? **Instituto Pólis**, São Paulo, mai. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PIRES, L. N. P; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. In: **Nota de Política Econômica 010**. Made centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA, M. M.; MAURIEL, A. P. O. A Política de Assistência Social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte. In: **Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social**. Volume 4. MARANHÃO, C.; ALVES, G. L.; RODRIGUES, M. (ORGs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

SOUZA, C. L. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Argumentum**, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2016.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. Grupo de Pesquisa EGBE, Projeto Canela Preta, 2020.